

Três formas imaginárias de um estrangeiro entre pescadores de bote a motor da Ilha de Santa Catarina

Matias Godio¹²⁷

Entre os anos de 2003 e 2007, transitei uma série de experiências etnográficas como antropólogo aprendiz junto a pescadores que integram a sociedade do bairro Barra da Lagoa, na costa leste da Ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil (27°33'06”S 48°28’44”O). A primeira parte dessas experiências foi marcada por um trabalho de campo etnográfico diagramado no contexto acadêmico, como parte do projeto de dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFSC, integrado às atividades de pesquisa do NAVI.¹²⁸ O meu objetivo era experimentar a introdução do dispositivo narrativo audiovisual na pesquisa de campo. Entre 2003 e 2005, realizamos — os interlocutores e eu — dois documentários colaborativos apresentados publicamente em várias ocasiões no Salão Paroquial da Capela Santa Cruz, no Centro Comunitário da Barra e outros espaços informais dessa localidade.¹²⁹ Desde 2005 até 2007, passei a compartilhar outras experiências etnográfico-visuais junto a eles. Registramos e montamos festas (algumas proibidas, como a Farra

¹²⁷ Sociólogo e antropólogo argentino, possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor e pesquisador na Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) e professor convidado do Mestrado em Paisagem Urbano na UBA.

¹²⁸ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da IMAGEM (NAVI).

¹²⁹ Esses documentários foram apresentados publicamente e são analisados no artigo do livro *Pesca e turismo* (organizado junto a Carmen Rial), editado pela UFSC em 2005.

do Boi), eventos esportivos e torneios de dominó, todos eles fatos sociais significativos e, na maioria dos casos, convocados a serem registrados por eles mesmos.¹³⁰ Esses registros e narrativas audiovisuais foram resultado de uma “afetação” no trabalho de campo que nunca mais volvi a sentir com tal intensidade como antropólogo. Algo muito “comum” a dizer dos antropólogos já experimentados e dedicados aos seus gabinetes, em referencia às primeiras experiências no campo dos aprendizes.

O turista observa as experiências

Cheguei a Barra em março de 2003, e minha entrada no campo teve a particularidade de portar a condição de “gringo”, termo como que se denomina na ilha aos argentinos que chegaram como turistas ou moradores a partir de meados da década de 1980.¹³¹ O primeiro contato com os pescadores aconteceu em abril, durante um churrasco para o qual fui convidado enquanto “argentino” logo após uma — dentre as várias que joguei — partida de futebol na Prainha da Barra (M1 na imagem satelital contígua) junto a Cedi, Robilão, Pedrinho (os três pescadores embarcados), Alexandre (com 28 anos e filho de um pescador aposentado). O local escolhido para o churrasco era no alto de uma pedra e ficava escondido por várias árvores. Risadas, comentários e gritos eram dirigidos aos que chegavam até “a prainha”. Geralmente, as brincadeiras tinham como objeto homens sozinhos que chegavam para banhar-se, geralmente turistas. A esses homens eram dirigidas palavras como “viado” ou “viadão”, sempre acompanhadas de assobios. Dias depois, fiquei sabendo por meio de Manuel, dono da casa que eu havia alugado, que esses assobios imitavam o canto do *curió*, espécie de pássaro muito apreciada pelos nativos da ilha. Durante uma exposição da

¹³⁰ Disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UCxtG0pHXi9nMYBjk50GoyDA/videos>

¹³¹ Marcia Calderipe trabalha as formas com que se apresentam as denominações de “gringo” e “gaúcho” como categorias presente nas práticas de mediação cultural no contexto do desenvolvimento turístico em Florianópolis (2006).

pesquisadora Flávia Motta,¹³² compreendi que aqueles cantos são utilizados em rituais de competição entre os homens, um jogo de *mise en scène* de identidades sexuais masculinas feita por meio de um contraponto musical entre curiós em espaços públicos, cuja luta simbólica termina por afetar os próprios donos, quer dizer, aqueles a quem representam.¹³³



IMAGEM DE SATÉLITE DA BARRA DA LAGOA (GOOGLE EARTH, 2020).

¹³² Flávia Motta (2008) tem trabalhado este tema desde a perspectiva da teoria da reciprocidade.

¹³³ Eugênio Lacerda (2002) define essas práticas como a manifestação de uma “jocosidade” característica da sociabilidade entre os ilhéus, aqui “situada” em um contexto de luta territorial. Lacerda observa essa forma de sociabilidade durante a Festa do Divino Espírito Santo, uma das cerimônias religiosas mais importantes de toda a Ilha de Santa Catarina. Como diz Lacerda, tem-se sempre “a ligeira impressão de que os nativos estariam brigando, quando estão se comunicando inofensivamente com navalhas verbais” (p. 193). No caso particular do “churrasco” do qual participei, essa jocosidade, expressa no canto do pássaro chamado *curió*, parece ter menos a ver com a reprodução de laços internos e muito mais com a manifestação de uma identidade “ameaçada” pela presença do *outsider* ocasional, o qual não somente aparece nomeado como o “outro” através do estigma do “desvio sexual”, mas também é incorporado como adversário de um ritual de concorrência que inscreve o campo dessa luta em torno daquilo que poderia significar uma identificação entre “direitos territoriais” e “usos corporais”.

Alexandre era o mais calado do grupo. “Eu nunca quis pescar. Desde pequeno, nunca gostei do mar...”, me disse quando lhe contei que pretendia filmar cenas de pesca na Barra. No entanto, foi quem mais se mostrou disposto a conversar. Ele quis que o acompanhasse até o lugar onde havia ainda várias pedras com inscrições deixadas pelos índios que ocuparam essas terras. Ali, mostrou-me a “a Cruz do Vigia”, uma cruz de cimento que jaz – segundo uma lenda contada na Barra – sobre um antigo cemitério indígena (M2). Nesse local, ficava o “vigia”, que era o encarregado de avisar os cardumes de peixes quando ainda existia a “pesca de praia”, comentou. Alexandre, filho de pescador, não gostava de ir ao mar porque “enjoa e é trabalho muito pesado”, tinha conhecimentos e sentia pertencimento a esse grupo. Ele vivia temporariamente na casa de sua namorada, uma artesã argentina que morava havia dois anos na Barra. Propus-lhe que me auxiliasse a conhecer o lugar, ofereci-lhe um “pagamento” como se eu fosse um “turista” e ele meu guia. Provavelmente essa foi uma forma de ele me situar melhor nesse começo dentro do seu universo simbólico do que falar de etnografia. Internamente, justifiquei essa decisão considerando justo compartilhar uma parte do meus ingressos como afortunado bolsista do sistema universitário com meus interlocutores. Dessa vez, ofereci dinheiro para ser um espectador desse mundo novo.

Marcamos uma entrevista para a tarde do dia seguinte. Pela primeira vez, liguei a câmera em um tripé. A conversa transcorreu um pouco confusa e, de certa forma, foi pouco interessante, provavelmente porque minhas perguntas eram um tanto abstratas e demonstravam meu pouco conhecimento do tema. Ele propôs que saíssemos a percorrer a parte do canal onde se concentram a maior parte dos barcos da Barra. É um trajeto que inicia no “trapiche de descarga” do pescado (M3) e se estende até uns 300 metros em direção à Lagoa. Realizamos o trajeto com a câmera em minhas mãos. Alexandre subia sistematicamente nos barcos atracados, descrevendo suas características ou o tipo de rede que levavam a bordo. Na Barra, os barcos a motor são chamados de “botes”.

Teve assim uma primeira visão da sociedade da Barra da Lagoa. Auto-denominada como “comunidade”, a Barra tem crescido ao longo do canal que comunica a Lagoa da Conceição com o mar aberto (M4). Nessa parte do local, apresentava-se com maior nitidez a fusão entre o “velho” e o “novo” e o contraste dos botes atracados nos trapiches com as magníficas casas dos “estrangeiros” estabelecidos no bairro nos últimos trinta anos, durante a forte expansão imobiliária pela qual passou (e vem passando) a Ilha de Santa Catarina com o seu descobrimento como destino turístico e, mais recentemente, como destino residencial privilegiado (basicamente, encontramos gaúchos, argentinos e paulistas vivendo na ilha). Os trapiches são cais precários de madeira e pertencem, em sua grande maioria, aos proprietários da terra que beira com o canal. Muitos dos trapiches são construídos como parte de uma lógica de “obras” de candidatos políticos a vereadores e prefeitos. A construção se tornará viável — legítima — mediante o apoio de líderes locais e, particularmente, por intermédio dos representantes da Colônia de Pescadores Z11 da FEPESC.¹³⁴ Em outros casos, menos frequentes, foram os novos moradores e compradores de terra que construíram um trapiche a partir de um “acordo” que garante ao pescador um local para atracar seu barco e manter a conexão indispensável com o mar. O trapiche é um espaço intermediário entre a terra e o mar, onde se realizam diversas tarefas vinculadas com o trabalho da pesca, como, por exemplo, a distribuição do peixe capturado, a reparação de redes e motores, a limpeza dos barcos, a pesca do camarão com tarrafa, entre outras. Em geral, a moradia desses pescadores, seja por terem vendido suas terras na beira do canal seja por terem ali construído, eles mesmos, casas para alugar, durante o verão, foi deslocada para terrenos mais afastados da beira do canal.

¹³⁴ As colônias de pescadores foram criadas na década de 20 do século XX. Em 1973, são agrupadas em federações no âmbito estatal e nacional. Era de interesse da Marinha organizar os pescadores para a defesa militar do litoral (como “reservistas”) e criar condições para dar atendimento em serviços como educação, saúde, comercialização do peixe (Antônio Carlos Diegues, 1983; 1995)..

No final daquela tarde, Alexandre apresentou-me a um jovem pescador. Ailson (26 anos) estava sentado na entrada da porta do mercadinho de sua mãe. Junto a ele, o pai tecia uma rede de tainha, cuja “safra” começaria em poucos dias. “A safra de tainha” é uma safra que se realiza entre os meses de maio e julho, e por seu caráter fortemente intensivo, sempre que o clima está bom, os botes “devem” sair ao mar. Ailson estava casado com uma argentina. Antes de partir, perguntei se poderia acompanhá-los, oferecendo-lhes como colaboração o pagamento de uma parte do combustível. Ailson ficou de me dar uma resposta. Durante os anos seguintes, em outras ocasiões, convidando bebidas e churrascos, e inclusive colaborando com a compra de um gerador de energia portátil, recorri novamente a essa prática de mediação, porém, explicitando que a origem do dinheiro era do Estado brasileiro, em definitiva “era também deles” — expliquei, assim como o porquê era entregue para mim.

Continuamos a percorrer o canal até o final dos trapiches e paramos no “terreno da empresa Porto Belo” (M5); uma enorme extensão de terra desflorestada destinada a construir uma marina de luxo e cujo projeto estava parado pela ação de organizações ambientalistas. Nesse momento, conheci Sérgio — até hoje meu amigo —, um argentino. Ali soube que ele editava o *Portal da Ilha*, o jornal comunitário da Barra. Ele vivia do “outro lado” do canal, bem em frente a esse terreno. Para ele, imagino hoje, foi mais simples me localizar naquele contexto, um “gringo”, como ele, interessado por compreender e interagir como aquele mundo que transitava do onírico para a melancolia de um passado que se resiste, e também um potencial morador daquele local. Ele me convidou a conhecer seu trabalho e fazer uma “matéria” no jornal sobre o meu. Finalmente, enquanto voltávamos para o centrinho da Barra, tive a oportunidade de concretizar a primeira sequência etnográfica da minha pesquisa visual. Três homens estavam sobre um trapiche, “puxando a rede” de dentro de um bote atracado. Aproximei-me, com a câmera ligada o suficiente para me tornar visível a eles e, ao mesmo tempo, tentando não “interromper” a cena. Durante quase cinco minutos, permaneci incluído no quadro através da câmera. Os

três pescadores continuaram com sua tarefa. Contudo, após o silêncio inicial, passaram a manter uma conversa certamente jocosa sobre as qualidades culinárias de um deles, a quem chamaram – se assegurando de que eu escutasse – de “paineiro oficial da ilha”. “Paineiro” é um termo utilizado para designar jocosamente o encarregado das tarefas da cozinha dentro dos barcos, onde geralmente combina essa atividade com a da pesca. É uma tarefa identificada com o “mundo feminino”, que, como no caso dos pássaros curió, serve para colocar em cena a “fragilidade” com que é vivida a identidade masculina entre eles. Tal como comprovei meses depois, quando embarquei durante vários dias, o tempo de cozinhar é muito mais apreciado por todos os integrantes da tripulação do que sugere essa acusação.

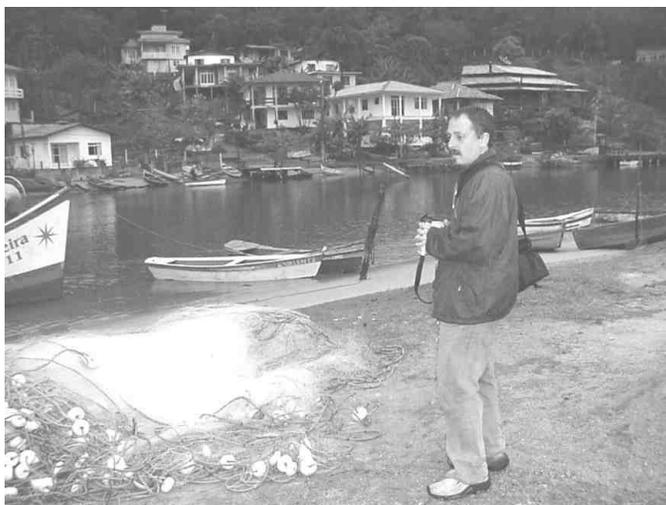


FOTO 1: NO CANAL DA BARRA (DE SÉRGIO OLIVARES, DIRETOR DO PORTAL DA ILHA, 2004).

Uma tarde, enquanto bebia uma cerveja em um barzinho frequentado pelos pescadores e próximo do trapiche de descarga, encontrei Ailson. Este se aproximou de mim e disse que “está tudo certo para sair na tainha e fazer essa matéria contigo”. Ele havia falado com seu irmão Minho (28 anos), que comandava o barco e tinha concordado que eu os acompanhasse. Ele me disse, então, que avisaria assim que estivessem preparados para sair.

No dia seguinte, Alexandre chegou até a minha casa com a notícia de que um barco havia “virado, na praia da Joaquina”, a 10 km da Barra. Peguei a câmera e fomos rapidamente até a Cruz com a ideia de esperar o arribo do barco acidentado. Este chegou rebocado e acompanhado por outros cinco barcos que tinham prestado auxílio ao tomarem conhecimento do acidente. O bote apareceu por detrás da Ponta Nossa (M6), um grande “costão de pedra” localizado no extremo leste da Barra. Era o *Pai Herói*, cujo proprietário era chamado de Bigode. Entrou no canal da Barra submerso quase por completo na água, e o seguimos durante todo o trajeto, filmando, até que foi liberado a uns 200 metros do trapiche de descarga. Nesse percurso, à diferença do silêncio do dia anterior, que caracterizava um dia em que os botes permanecem em terra, sentiu-se um agito. Muitos homens, além de crianças e mulheres, participavam da “recepção” e alimentavam a intriga com o murmúrio inconfundível de perguntas e respostas sobre o ocorrido. Já no trapiche de Bigode (geralmente cada bote tem seu próprio trapiche), entre gritos e indicações cruzadas, uns quarenta homens se esforçavam — auxiliados por uma larga corda — em tirar o bote do mar. O episódio relacionava-se diretamente com um “direito territorial” aparentemente violado pelo bote de Bigode, que “havia sido agredido por pescadores de praia da Joaquina, os quais utilizam redes de arrastão e canoas a remo durante a tradicional época da tainha” (Ailson). O barco virou por causa de uma onda imprevista, e os pescadores, reunidos nos “ranchos de praia” da Joaquina (as casinhas de madeira onde esperam a chegada de cardumes de peixe), queimaram partes do bote que chegaram até a beira da praia (parte das redes, madeiras e alguns instrumentos). Uma luta pela apropriação da “explicação” da história que o acontecimento colocava em movimento. A maciça presença de moradores na recepção do bote expressava a persistência de uma “identidade local” da Barra, em conflito com a identidade dos pescadores “tradicionais” de Joaquina.

Finalmente, fui convocado a sair junto a Minho, Ailson e Saulo ao mar. No dia seguinte, começou a minha rotina no bote *Pescadores*: saíamos aproximadamente às 5h30 da manhã e percorríamos, em um movimento

de ida e volta, os quase 8 quilômetros da praia de Moçambique (M7). Por volta das 8h da manhã, o motor era desligado, e permanecíamos à deriva, conversando e tomando café calmamente por, pelo menos, meia hora. Durante vários dias, sofri com o frio, até que Minho apareceu com botas e uma velha macacão de borracha que sua mãe tinha reparado para mim. As jornadas transcorreram dominadas pelo sentimento de espera generalizado na comunidade ante a iminente chegada dos primeiros cardumes de tainha.

Como acontece na pesca da corvina e da anchova, decisões como a de “largar” (ou não) a rede ao mar estão concentradas no comandante.¹³⁵ Ele é o encarregado de orientar o bote para localizar a melhor “posição” segundo as condições climáticas, e o resto da tripulação deve cumprir papéis que vão requerer um maior esforço físico, como os de “largar” e “puxar” a rede). Minho ocupava o papel de comandante, e quase sempre estava no mando do leme. Porém, na safra da tainha, é fundamental a presença de um especialista: o “olheiro”. Herdeiro do antigo ofício de *vigia* na pesca de praia, que permanecia durante largas jornadas esperando para identificar o cardume desde o alto do costão (na Barra, um vigia ficava localizado na Cruz, e o outro, na Ponta Nossa), o olheiro é sua réplica a bordo do bote a motor. Essa era a função do Ailson. Postado geralmente na proa do barco, esse “especialista” compartilha com o comandante a responsabilidade de distinguir, “em movimento”, “essa mancha avermelhada” que caracteriza os cardumes de tainha. Deve fazer seu trabalho com suficiente cuidado para diferenciar esta de outras manchas similares produzidas pelas sombras das nuvens, identificar o choque de correntes subaquáticas ou outros cardumes, como sardinhas,

¹³⁵ Na barra, a categoria de *comandante* é utilizada no lugar daquela do *mestre*, esta última longamente trabalhada na literatura sobre pesca no Brasil. Relaciona-se, do ponto de vista prático, com a necessidade de centralizar uma série de decisões que quotidianamente devem ser tomadas em um meio ambiente extremamente cambiante e em que o risco é uma presença permanente. Esse *saber*, sobre o qual é fundada essa figura, institui a ordem hierárquica no interior dos botes e implica, fundamentalmente, a existência de “capacidades náuticas e de permanecer alerta, coordenação de tarefas, conhecimentos do meio e articulação entre os seus elementos, assim como o relevamento submarino e o comportamento das espécies” (Simone Maldonado, 1998, p. 137).

de modo a evitar uma cercada que poderia gerar dispêndio de combustível, energia dos tripulantes e um risco extra para a embarcação e as redes. O “corticeiro” é quem se encarrega de largar a rede, e depois da “puxada” de acomodá-la no bote para uma nova largada. Saulo, um jovem gaúcho, completava a tripulação nesse papel. Apesar de não ser nativo nem pescador, sua condição de amigo era fator importante para integrá-lo.

Durante os primeiros dias, nada de tainha. Apenas algumas cercadas “na quebra” da praia de Moçambique e alguma outra “na pedra” no extremo norte do costão. A “cercada na quebra” é uma técnica perigosa. Consiste em atravessar a onda em direção à praia largando a rede antes que a onda se rompa (quebre) e voltar de maneira tal que a enfrente de proa quando esta já se tenha formado por completo. Técnica que poucos os pescadores que se atrevem a praticar. Sendo Minho e Ailson instrutores de *kitesurf* e *surf* durante o verão, para ambos resultava um tipo de cercada que lhes proporcionava diversão. Era bastante raro encontrar pescadores que congregam essas duas atividades, quando são atividades que muitas vezes entram em conflito mútuo, pois participam da luta pela apropriação do território no mar. Nesse dia também foi preciso recorrer ao auxílio do bote *Irmãos Vieira*, que se aproximou para nos ajudar a desenganchar uma parte da rede que havia ficado presa em uma pedra e corria risco de rasgar. Neste momento, “malharam” na rede uns dez “olhetes”, um tipo de peixe bastante apreciado pelos pescadores, mas que, devido à pouca quantidade, não é objeto direto de captura nessa zona. A ajuda foi retribuída com um exemplar para cada um dos tripulantes do barco amigo. Nesse momento, não imaginei que seria naquele bote onde passaria grande parte da minha experiência etnográfica.

“Tem muita gente trocando de bote na tainha”, me falaram esse dia. Esse fato devia-se não somente à qualidade tão cobiçada e própria do olho de “saber enxergar bem” (e geralmente deve combinar juventude com experiência, já que a maioria dos pescadores aos 50 anos sofre problemas de vista, como a catarata, resultado da excessiva exposição ao sol e à ação reflexiva do mar), mas também à circulação de redes de tainha entre os botes durante esse período. Possuir uma rede de tainha pode significar, para um

pescador, participar da safra “emprestando” a rede a outro bote ou, dependendo sempre de ser possuidor de uma capacidade reconhecida, participar da tripulação em troca de uma ou várias partes da produção, dependendo do tamanho da rede. “Não queremos deixar a pesca. Queremos continuar fazendo aquilo que nosso pai ensinou”, me disse Minho em um dos descansos habituais dentro do bote. Durante esses descansos, bebia-se café e se comia um pedaço de bolo, de pão ou alguns biscoitos de água e sal. “É melhor comer para não enjoar”, diziam. Era também habitual, no decorrer desses intervalos, algum bote ligado por alguns dos tripulantes e considerado como “da família” aproximar-se e se encostar com a finalidade de compartilhar o momento e trocar informações.

A filmagem estava sendo realizada com muitas dificuldades. Era difícil mover-se dentro de um bote considerado pequeno (uns 5 metros, quando geralmente medem entre 7 e 8 metros), como também manter a estabilidade entre as constantes ondas. À medida que os dias passavam, a câmera foi sendo incorporada como um elemento a mais nessa experiência, e eu, junto com ela, estava passando para categoria de “coaventureiro” que também trabalhava,¹³⁶ um “excedente de sentido”, atributo privilegiado quando se estabelece uma relação dialógica entre o investigador e os sujeitos envolvidos na crônica etnográfica. Quase todas as noites, Minho e Ailson iam até minha casa para observar as imagens. Quase sempre ficavam emocionados e excitados ao vê-las, faziam críticas aos ângulos escolhidos por mim (especialmente queriam planos maiores e sequências com menos cortes), chateavam-se com as sombras e propunham estratégias de coordenação com o objetivo de melhorar as imagens nos próximos “lances de tainha”.

Dezoito dias depois de minha primeira saída no *Pescadores*, a ansia da tainha apareceu na Barra. Nós tínhamos saído aproximadamente às 5h

¹³⁶ Acontecimento semelhante ao que descreve Ana Maria Teles (2002) em sua etnografia visual-fotográfica a bordo do bote *O Conquistador*, realizada também na Barra da Lagoa. Teles, ao refletir sobre esse fato observa que, “mais que uma participação efetiva na atividade do bote, significava compartilhar com eles a rotina, os riscos e os perigos que o mar de fora pode envolver” (p.90).

da manhã. O céu estava estrelado, e era lua nova. Por volta das 9h, depois de realizar um lance sem sorte, Ailson avistou uma “manta de tainha” no costão da Ponta Nossa. A cercada foi rápida e silenciosa. As águas são calmas nessa região, o que permitiu que Minho se aproximasse bastante do costão. Contudo, quando o barco terminou de fazer o círculo e preparou-se para “trolhar a rede” (fechar), Ailson nos advertiu de que a maior parte dos panos (de 50 metros) de rede do tipo “malha 11” estava ainda dentro da embarcação, já que o círculo feito por Minho era pequeno e a maior parte da rede que estava na água era de “malha 9” (a malha é o tamanho do orifício da rede, o qual deve ser adequado ao tamanho do peixe procurado). Quer dizer, os tamanhos dos orifícios da rede não eram suficientes para aprisionar o peixe. Decidiram “fazer um caracol”, isto é, largar o resto da rede por dentro do primeiro círculo e aí, sim, fechar ambas ao mesmo tempo. A manobra foi um êxito. O resultado foram quase 500 quilos de tainha. Depois de puxar a rede, perguntei-lhes sobre o ocorrido. Ailson me respondeu que Minho “ficou com medo por estarmos matando peixe numa área proibida, numa área protegida pelo IBAMA, então ele se apressou demais”.¹³⁷

Ao atracar o bote, por volta do meio-dia, uma vintena de homens e mulheres nos aguardava no trapiche, em frente ao mercado também de propriedade da família. Esse fato me surpreendeu, já que o bote não tinha radiotransmissor. Algum gesto havia comunicado o êxito da pescaria durante a entrada no canal na Barra. Os homens ajudaram a “desmalhar o peixe”. O pai e a mãe não esperaram terminar o processo e tomaram meia dúzia dos melhores exemplares que estavam sendo colocados sobre o solo de madeira do trapiche. Após armazenarem todo o pescado em uma dúzia de caixas de plástico, este foi levado para ser pesado na balança localizada ao lado do mercado. Maria, a mãe, assumiu, então, o controle da operação de distribuição do peixe, colocando-o em sacolas de plástico trazidas por mulheres. Algumas delas levavam consigo mais de um exemplar, sendo devidamente orientadas por Maria com relação ao seu destino, ou seja, a qual

¹³⁷ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

pessoa cada um desses peixes deveria ser entregue. Ao mesmo tempo, meio que de soslaio, ela “controlava” Minho e Ailson enquanto eles davam “a tainha que ganharam” – como retribuição – a cada um dos homens que ajudaram. “Hoje se mataram quase 30 toneladas de peixe”, contavam na Barra.

Um dado distintivo que diferencia essa família da maioria dos pescadores da Barra é que, no seu caso, o circuito comercial está relativamente “fechado”. Ernani, o outro irmão, era dono de uma pequena peixaria ao lado do mercado e também fornece peixe a uma grande parte dos restaurantes da Barra. E inclusive, o excedente ou uma grande parte da produção era quase sempre absorvida pelo restaurante de propriedade de sua irmã, localizado na beira do canal. Na verdade, a maioria dos pescadores eram obrigados a vender a totalidade do produzido aos compradores e, inclusive, estão proibidos de vender diretamente aos restaurantes e aos turistas. Como resultado, foi criada uma espécie de “circuito clandestino”, em que pessoas que recebem o peixe no trapiche, por serem familiares ou amigos, vendem para os restaurantes.

Durante a distribuição e pesagem do pescado, o pai de Minho e Ailson entrava e saía do mercado vociferando. Em uma dessas saídas, perguntou para Maria a quem Minho ia dar seis tainhas, divididas em duas partes iguais. Sem mostrar muita paciência, Minho chamou a Saulo e a mim para que pegássemos nosso “quinhão”,¹³⁸ como é chamada a parte que corresponde a cada tripulante (que, no meu caso, seria só em espécie). O processo, por vezes, parecia confuso e tenso, talvez pelo grande número de pessoas reunidas em torno ao acontecimento “milagroso” da distribuição, mas também porque deveriam transformá-lo em uma operação marcada por certa “justiça” que devia corresponder a uma “sensibilidade econômica”

¹³⁸ Medida com a que se denomina a parte que corresponde a cada tripulante do bote. Usualmente, o dono da rede e do bote recebe 50% do capturado. O restante é dividido igualmente entre os tripulantes, sendo que o comandante recebe uma parte a mais que os demais.

em que “os pescadores velhos e aposentados, os meninos e as mulheres são os primeiros”.

Nessa mesma noite, Ailson veio assistir às imagens. Uma das primeiras dentre várias sessões de feedback¹³⁹ que realizaríamos. Apesar das críticas em relação à utilização de alguns planos curtos, os quais, sempre tratava de explicar-lhes, serviam para dar mais dinamismo à edição, as preocupações de Minho quase sempre se centralizavam no uso de palavras ou nas imagens em que apareciam fumando cigarro: “Tira isso, Matias, do filme, a mãe não vai gostar de ver isso”, frisava. Perguntei-lhe o porquê de tanta tensão em sua relação ao pai. Respondeu-me que “o pai não quer ver crescer os filhos por cima dele”. Segundo ele, 50% da tainha capturada naquele dia ficaria em mãos do pai porque “é o dono do bote e da rede”. Essa porcentagem é o que recebe, por costume, “qualquer dono que entrega o bote a um comandante para trabalhar”. Ele e o irmão pretendiam que o combustível gasto nos últimos vinte dias não fosse descontado da primeira boa pescaria, pois isso os deixaria praticamente zerados. Em outra ocasião em que voltamos a conversar sobre o tema, Minho contou que planejava transformar o mercado da família em um restaurante que se chamaria *Pescadores*, como o bote. Como o trapiche se encontrava em frente ao local onde seria o restaurante, o bote funcionaria como parte de um circuito turístico, que também incluiria levar os futuros clientes a fim de “experimentar” pessoalmente a pesca. O circuito incluía aulas de *surfe kitesurf*.

¹³⁹ Marc Henri-Piault (2000) designa esse processo como “antropologia do intercâmbio”. Segundo o autor, traduz mais adequadamente o trabalho de campo e objetiva as relações recíprocas entre o pesquisador/cineasta e suas personagens. As sessões de visualização das imagens registradas em forma sistemática permitem assumir a distância e a proximidade do processo de intercâmbio. Em *A aventura etnográfica*, James Clifford (1998) cita como antecedente da “antropologia compartilhada” de Jean Rouch, em Marcel Griaule, quando este antropólogo francês entendia a antropologia como um processo de “documentação” de dados (até mesmo os visuais) no qual, “uma vez apropriadamente testados e qualificados, poder-se-ia confiar aos informantes tarefas de pesquisa. Com um controle adequado, eles poderiam se tornar auxiliares regulares, e, de fato, membros da equipe” (p. 199-200).

Durante os dez dias seguintes, saímos em busca da tainha. O resultado foi magro, apenas pouco mais de 200 quilos. Uma noite, sentados no “Sombra Bar”, Ailson veio me chamar para que o acompanhasse a assistir a chegada dos botes com peixe ao trapiche de descarga durante o processo de “pesagem”. Tinha sido uma jornada excepcional de pesca na Barra. Os botes, alguns com tainha e outros com corvina, chegavam “chapados de peixe”, um atrás do outro. Naquela noite, a cena repetia em maior dimensão o acontecido no trapiche de *Pescadores*. Um grande número de homens, e em menor quantidade algumas mulheres, alternavam-se ritmicamente, de acordo com a chegada de cada barco, e pelo que pude entender, respondia a relação mais próxima dessas pessoas com seu comandante, a tripulação e o dono. Uma proximidade que em geral ganha forma pela familiaridade e pela amizade. Esse mesmo movimento “rítmico” era seguido por um movimento similar de outro personagem importante desta história, o “atravessador”. Dependendo se o bote que atracava era de um ou de outro, Seu Silvio ou Seu Ari, os dois intermediários que monopolizavam a compra do pescado, davam ordens para acercar seus respectivos caminhões ao trapiche de descarga. Ambos atravessadores pagavam o mesmo preço e vendiam o peixe para a mesma empresa que os comercializa,¹⁴⁰ a *Pioneira*. Porém, de certo modo, a concorrência entre eles existia, mas estava em “outro lugar”. Provavelmente, na capacidade dos atravessadores para estabelecer laços de confiança e de obrigação mais fortes com os melhores pescadores e os melhores botes. O poder de ambos radicava na capacidade de produzir crédito e, assim, criar condições para alimentar um círculo da reciprocidade.¹⁴¹

¹⁴⁰ Tal como descreve James Acheson (1981) na sua pesquisa sobre os *fishhouses* nos EEUU, na Barra também todos acreditam que “os donos das duas *fishhouses* locais fixam os preços do pescado de comum acordo, de forma que o preço é sempre inferior ao de uma situação mais próxima ao de um ideal de mercado” (p.63).

¹⁴¹ Capacidade que, afirma Remo Guidieri (1989), levar-nos-ia a pensar em uma espécie de “antropologia da alienação”, que se inscreve nos problemas políticos da lógica do poder e na relação deste com o velho mecanismo da usura, que vai responder mais às necessidades de representação simbólica da alteridade do que às do mero intercâmbio.

Enquanto observava e filmava todo esse processo, Ailson chamou-me para ver o que ocorria no setor onde estacionavam os carros. Quatro ou cinco homens bem vestidos chegavam correndo desde o bote atracado com vários peixes em suas mãos e depois se apressavam em encher os portamalas de seus carros 4x4 com caixas carregadas de gelo. “Ninguém conhece esse pessoal aí, são os políticos amigos do atravessador. Mas não dá para filmar aí, tá ligado?”, disse Ailson. Atendi ao pedido e continuei observando o fato. O mais curioso não era tanto que pessoas com dinheiro para comprar o peixe o recebessem “de favor”. O que resultava mais “intrigante” era o fato de os pescadores entregarem, com suas próprias mãos, os melhores exemplares, com um sorriso desenhado no rosto e fazendo comentários amistosos. Havia, no meu entender, algo mais do que uma suposta vontade do atravessador naquela cadeia simbólica, que, era evidente, deveria então também explicar “outra coisa”, “outras necessidades”, um círculo de reciprocidades que eu desconhecia. Nessa mesma noite, iria conversar com Valdeci, que se transformaria no maior dos meus amigos durante a última etapa da minha aventura. Ele me tinha sido apresentado por Sérgio, já que ele alugava a casa da mãe do outro lado do canal. Nessa noite, ele deixaria um observação unicamente possível com a jocosidade que caracteriza a vida desse personagens: “[...] quando o atravessador empresta dinheiro pra comprar rede, aquele que fica malhado é o pescador”.

O morador participa do cotidiano

Viajei a Buenos Aires e voltei no início de setembro, trazendo comigo o documentário *Homens de mar e terra* já terminado. Ao dar continuidade ao meu trabalho de campo, resolvi organizar uma “apresentação pública” do vídeo, no intuito de produzir discussões sobre alguns temas que aparecem

no documentário.¹⁴² Decidi alugar a casa de Maria, mãe de Valdecí, bem próxima à residência de Sérgio, o argentino editor do jornal comunitário *Portal da ilha*, o qual interessou-se pelo meu trabalho e me pediu ajuda em um número especial do jornal inteiramente dedicado à pesca. O lugar parecia muito tranquilo, ficava do outro lado do canal e bem em frente ao terreno da empresa Porto Belo (M8). Maria (75 anos) foi morar em um quartinho colado à casa. De um lado, Maria me permitiria obter uma perspectiva diferente sobre a pesca na Barra, do outro, o jornal me ajudaria a divulgar a apresentação pública do documentário com a qual “fecharia” meu trabalho de campo. No entanto, quando contei a Ailson onde pensava viver nos próximos três meses, este me disse que aquele local era conhecido como “a favela da Barra” e acrescentou dizendo que “tem muita bagunça. Não vai conseguir trabalhar bem lá”. Não levei em consideração esse comentário porque sabia que sua mãe, também chamada Maria, tinha a intenção de me alugar um apartamento próximo ao mercado. Por outro lado, a vantagem de morar durante um certo tempo no “Morro de Torquato”, como era conhecido o lugar, parecia, naquele momento, muito clara para mim: o local era de difícil acesso, já que só podia ser alcançado por água em “bateras”.¹⁴³

Algumas noites antes de organizar minha chegada à “nova casa”, estive bebendo umas cervejas com Ailson. Naquela ocasião, um grupo de pescadores festejava em uma das mesas contígua à nossa. Um deles aproximou-se do balcão onde eu estava. Ailson o cumprimentou e me apresentou como “o cara que esta fazendo o filme sobre a pesca na Barra”. Seu nome era Adailton (45 anos). Ele me disse, com entusiasmo, que sabia o que eu estava fazendo, que várias vezes tinha me visto no mar filmando no bote. Convidou-me à mesa e me apresentou a sua tripulação. Tinham chegado havia poucas horas de uma travessia de cinco dias no sul da ilha, próximo

¹⁴² Pensava na realização de um evento público capaz de resignificar à prática do *feedback* empregada por Robert Flaherty ou Jean Rouch, ambos considerados “pais” da moderna antropologia visual.

¹⁴³ Pequenas embarcações de madeira impulsionadas por canas de bambu.

a Imbituba (porto ao litoral sul de Santa Catarina). Estavam buscando cardumes de anchova, uma espécie que estava liberada do “regime de defeso” (proibição da pesca de uma espécie determinada pelo IBAMA durante a reprodução da mesma) naquela época do ano e cujo preço é bastante alto, em comparação com a corvina. Estavam festejando porque tinham “matado quase quatro toneladas de peixe na pescaria”, me disse Luciano, uns dos tripulantes. Como já tinham programado uma próxima saída para o sul (onde “está dando anchova”), Adailton convidou-me a acompanhá-los para filmar. Seus tripulantes se mostraram uns tanto irônicos comigo, pois não acreditavam que suportaria tanto tempo no mar. No entanto, Adailton se apressou em dizer de forma tão convicta: “ele não vai atrapalhar, eu sei que ele não enjoa”. Essa frase foi suficiente para fazer cessarem os comentários. Para os pescadores de mar aberto, a presença de alguém que não está acostumado ao movimento do barco e corre o risco de enjoar é sumamente problemática. Existem explicações do tipo: “o peixe vai embora” quando alguém vomita no mar. Adailton despediu-se de mim dizendo que iria “dar um toque no dia anterior à saída, depois que o vento sul chegar”. Fiquei conversando com Bidi, um dos tripulantes, que insistentemente me falava das “incríveis imagens” que veríamos durante a viagem.



FOTO 2: CONVERSANDO COM ADAILTON (DE SÉRGIO OLIVARES, 2004).

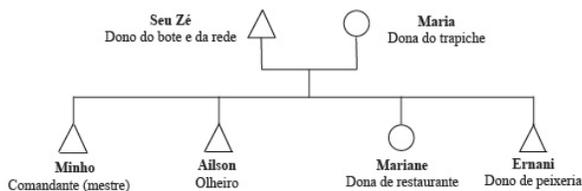
Como temia que tudo não passasse de “conversa de bar”, no dia seguinte fui até o trapiche onde Adailton atracava seu *bote*. Ao chegar, vi que estavam trabalhando em sua “escuna”, o *Querubim*, e pedi permissão para subir (a “escuna” é um barco de uns 15 metros usualmente usado para passeios). De acordo com o que Adailton me disse, estavam “construindo um porão para congelar o peixe”. Tratava-se de uma cava térmica que estavam instalando na proa do barco, no lugar onde anteriormente era o camarote de proa. O objetivo era, com esse “porão”, manter o pescado fresco durante os cinco ou seis dias de pesca. “É a primeira vez que alguém faz uma coisa assim na Barra”, me disse. A “adaptação” da escuna de Adailton, que é utilizada durante os meses de verão para fins turísticos, lhe permitiria permanecer mais tempo pescando, reduziria os custos e aumentaria a autonomia e capacidade de deslocamento no mar (dando a ele também uma melhor posição para negociar o preço).

Durante os vários dias de espera após a minha visita ao *Querubim*, dediquei-me aos preparativos da apresentação do documentário. Tinha

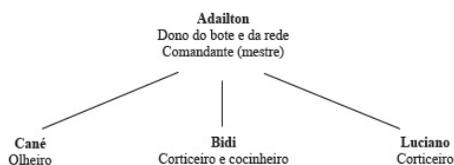
deixado uma cópia do vídeo com Sérgio e entreguei outra para Ailson e para Minho. Sérgio me informou de que estava preparando uma apresentação do filme na sua casa e que assistiriam alguns moradores e pescadores, entre eles Minho e Ailson, os quatros filhos pescadores de Maria. Quase todas as vezes que visitei Sérgio, Maria aproximava-se de mim para conversar. Ela havia perdido três de seus irmãos no mar havia mais de 30 anos, durante jornadas de pesca realizadas nessa época, em canoas a remo, próximo à Ilha de Xavier. Se referia a si mesma como uma “contadora de histórias”. Lembrava-se “como se fosse ontem”, de quando ajudava seu pai na roça: “Ele era um bom homem... trabalhador... mas batia muito na gente”, me disse uma vez. Meses depois, já vivendo na casa de dona Maria, em várias ocasiões a vi passar correndo com uma vara fina de plástico em tumultuosas perseguições a seus netos e outras crianças que viviam no Morro.

ESTRUTURA DOS BOTES

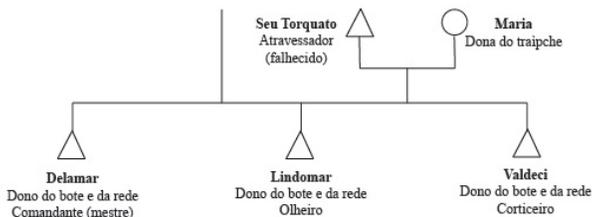
PESCADORES



QUERUBIM / OSSO DE BALEIA



IRMÃOS VIEIRA



Quase uma semana depois de meu encontro com Adailton, recebi a visita de Luciano, um dos tripulantes. Eram aproximadamente 10h da manhã. Eu devia estar no trapiche de descarga ao meio-dia se pretendia participar da travessia ao sul. Apenas uma hora depois de minha chegada, e após carregar várias caixas de gelo para o porão recentemente construído, saímos com o *Querubim*. Já em mar aberto, juntou-se a nós o barco denominado *Osso de Baleia*. Esse bote é destinado especificamente à pesca com

rede e também é de propriedade de Adailton. O *Osso* estava sendo conduzido por Cané, um dos três tripulantes. Uma vez em mar aberto, o *Osso* foi atado com uma corda à popa do *Querubim*. A partir daí, começou a viagem que nos levaria até as ilhas conhecidas como Três Irmãs, localizadas no sul da ilha (a uns três ou quatro quilômetros da praia do Pântano do Sul, no sul da ilha). “Vais ver os caras de lá, coitados, eles dormem a noite inteira nos botes, tens que vê-los com chuva dormindo lá, coitados”, havia me dito Bidi antes de partirmos, mostrando um sentimento de “superioridade” em relação a pescadores considerados rudimentares e pobres. Para os pescadores “artesaniais” (os “tradicionais”, como são denominados os do Pântano de Sul pelos da Barra), durante a safra da anchova, dormir nos botes, próximo a alguma das ilhas, é uma prática comum. O bote permanece preso a um dos extremos da rede enquanto os tripulantes se alternam para “tomar conta da embarcação e da rede”. Por um lado, essa prática reduz os riscos de se perder as redes — seja por ação das correntes ou por roubo —, e por outro, diminui os custos com o combustível, já que a rede deve ser retirada da água, preferivelmente, entre 6h e 7h, para evitar que a espécie capturada caia em mãos de outros predadores (como o pez espada). Mas durante aquela época do ano, quando as noites ainda são muito frias, essa prática torna-se demasiadamente sofrida.

Uma vez em mar aberto, ao descobrimento da companhia do *Osso de Baleia* se somaria outro, mais intrigante e revelador. O rumo escolhido, contrariando as minhas certezas e da tripulação, não foi o sul, porém ao norte. Adailton havia recebido um chamado em seu celular o dia anterior, da parte do pessoal “amigo” de Imbituba, informando-o de que estava para chegar uma tempestade muito forte pelo sul, o que nos deixaria pouco tempo para achar um local protegido em algumas das ilhotas dessa zona. Adailton preferiu então escapar da tempestade, indo em direção ao norte, sem suspender uma viagem longamente programada e publicitada no bar durante várias noites precedentes, até a Ilha do Arvoredo, a umas seis horas de navegação, aproximadamente. O modo inesperado pelo qual fomos avisados do novo rumo e da tempestade fazia parte da prática do “segredo”

tantas vezes mencionada na literatura sobre a pesca. Essa prática, quase por completo ausente da tradicional pesca de arrasto de praia, é construída, entre outras coisas, a partir da “capacidade do bote”, por intermédio do mestre e de seus tripulantes, de fazer parte de um ou vários circuitos privilegiados de informação.¹⁴⁴ Portanto, o fato de termos sido surpreendidos pela comunicação da mudança repentina no rumo dava a Adailton o controle sobre um conhecimento “extra” que seria confirmado como “correto” nas próximas horas e dias. Porém também era necessário que a informação sobre a tempestade que chegaria desde o sul fosse “ocultada” dos pescadores da Barra, que não deveriam saber da mudança até o retorno da expedição. A mudança deveria ser “revelada” oportunamente para a tripulação, a fim de que não se corresse o risco de que, ao comunicá-la apressadamente, em terra, a notícia se espalhasse entre os outros pescadores. O momento escolhido por Adailton para “passar” a informação tinha por função criar uma expectativa em relação ao futuro, favorecendo a coesão da tripulação, por um lado, e por outro, gerando uma intriga na comunidade, que seria reforçada na volta do barco para terra.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Maldonado (1994) observa que “o *segredo* de que o *mestre* é guardião e detentor, tem um conteúdo de informações que podem ser ocultadas ou reveladas em intensidades diferentes, mas se trata também de feixes de relações morais e afetivas, de acordos éticos da ordem da solidariedade enquanto competência tecnológica e enquanto participação comum no processo de trabalho” (1994, p. 46). A prática do *segredo* funciona como um *habitus* estruturante — como um “poder gerador, diferenciador e unificador ao mesmo tempo”, diz Pierre Bourdieu (1997) —, que opera invisivelmente e se alastra em um campo de laços também políticos e familiares. Esses laços, por sua vez, definem, também, “alianças” entre barcos e famílias, tendo repercussão na dinâmica que estas últimas desenvolvem em terra quotidianamente.

¹⁴⁵ Diegues (1995) recupera o *segredo* historicamente como uma prática surgida durante a expansão marítima espanhola e portuguesa durante os séculos XV e XVI. Nesse período, “as previsões (dos capitães) pareciam mais próprias de um jogo do que uma verdadeira ciência. Por isso, para evitar que sua insegurança fosse descoberta, o piloto costumava dar a seus cálculos uma atmosfera de sigilo que tornava a determinação da latitude numa espécie de cerimônia iniciática compreensível só para alguns escolhidos” (p. 74).

Chegamos à Ilha do Arvoredo por volta das 8h da noite. Atracamos em um dos embates da baía sobre a ilha, já que o vento era noroeste (um vento constante e, em geral, quente), e imediatamente embarcamos no *Ossos da Baleia* para “largar a rede”. Segundo nos contou Adailton, a tempestade não chegaria à ilha até o amanhecer, assim, deveríamos nos apressar e aproveitar o bom tempo desta noite. A rotina da pesca da anchova é bastante simples, ainda que sacrificada e intensa. Permanecemos largando e recolhendo redes cada três horas entre o costão e uma ilhota que se localiza a uma milha de distância. A rede era mantida submersa na água durante aproximadamente 45 minutos e, depois, puxada. Como não se colocava uma bandeira flutuante em um dos extremos da rede, esta permanecia no fundo, e era necessário que Cané a “pescasse”, lançando várias vezes uma linha com um anzol de calamar que a localizava no fundo (a corda que une a rede ao longo pela parte superior). Como a única luz que havia era a da Lua e a de um tênue reflexo do farol que estava localizado sobre aquele costão, a operação para encontrar a rede submergida na água exigia um conhecimento de *marcação*¹⁴⁶ por parte de Adailton, mas também uma habilidade em manejar o barco, já que, frequentemente, devíamos chegar muito perto do local onde a onda quebrava contra as pedras.

Durante um dos trajetos entre o costão e a ilhota, logo depois de “largar” uma rede e antes de “puxar” a outra que já estava na água, fiquei surpreso ao ser proibido de acender um cigarro por parte de Adailton, que me mostrava o farol que estava sobre nossas cabeças no alto do costão. Simplesmente obedeci. Ficamos ali até aproximadamente 11h da noite “matando” quase 700 quilos de anchova. Voltamos quando, finalmente, Adailton cedeu aos apelos de fome e frio da tripulação. Ao chegarmos ao *Querubim*, perguntei-lhe o porquê da proibição do cigarro. Explicou-me que estávamos

¹⁴⁶ A prática da *marcação* consiste em localizar espaços no mar e “criar” lugares adequados para a pesca. Realiza-se por meio de um mecanismo de referências simultâneas com certos pontos em terra. Esse saber permite “assegurá-los” para voltar nos dias ou meses posteriores

“pescando num lugar proibido pelo IBAMA, e acontece que agora o pessoal tá em greve e não podem pegar nós, porque não tem barco deles na ilha”, mas era melhor não chamar atenção, uma vez que íamos permanecer por uns dias na ilha. Foi então que compreendi o porquê da rede sem boia flutuante, o uso do anzol e da luz — que normalmente serve para iluminar as redes — completamente apagada. A Ilha de Arvoredo é uma “reserva natural” localizada ao norte da ilha. Porém, ao contrário do registro visual resultar “problemático”, Adailton — de forma similar a Minho e Ailson durante a “cercada” — mostrou-se eufórico pelo “valor das imagens” que eu estava capturando e evitou qualquer censura. Esse me pareceu ser um outro episódio que expressava uma batalha pela apropriação da historicidade territorial. Em definitivo, a tensão com a categoria de “preservação” era a mesma que tinha enfrentado os pescadores no episódio da “virada”.

Durante três dias, ficamos rodando a ilha com ambas as embarcações de acordo com a mudança do vento. À medida que o clima permitia, saíamos a pescar com o *Ossó*, geralmente durante a noite. As tarefas, no barco, eram divididas da seguinte maneira: Adailton era o responsável pela maioria das decisões sobre a pesca, o controle do leme de ambos os barcos e sobre os tempos de deslocamento, que eram permanentes na escuna e que estavam à mercê de uma avaliação do vento e do clima. Bidi ocupava-se da cozinha da escuna — sempre sobe a acusação de “paineiro” —, onde eram preparados os alimentos e onde dormíamos. Ele também tinha uma certa influência na hora de opinar sobre as condições climáticas e se ocupava das tarefas relacionadas com as redes durante a pescaria. Cané, enquanto ficávamos na escuna, passava a maior parte do tempo dormindo ou escutando música em seu *walkman* (velho rádio reproduzidor pequeno com fones de ouvido). No entanto, no *Ossó*, compartilhava com Adailton a responsabilidade da marcação das posições. Essa era uma tarefa muito importante no volátil sistema hierárquico da tripulação, pois perder uma rede poderia significar o fracasso da expedição e uma grande perda econômica. Por último, Luciano participava da maioria das tarefas menores, não sem mostrar seu descontentamento com isso, o que gerava respostas sobre sua condição de “aprendiz”.

As condições do tempo não muito favoráveis e a escassa visibilidade, comum nos horários em que saíamos para pescar devido a nossa situação “irregular” na ilha, dificultavam bastante meu trabalho como “documentarista da expedição”. Por outro lado, durante as horas de descanso na escuna, não me sentia muito confiante para intervir com a câmara. Já que estava planejada uma nova viagem para a qual eu havia sido também convidado, pareceu-me conveniente participar das tarefas da forma mais ativa possível, especialmente colaborando com Luciano — o mais “baixo” na hierarquia do barco —, e esperar a próxima viagem para filmar melhor (o que não foi possível concretizar). Ao mesmo tempo, o resto da pescaria havia sido pobre, apenas uns 300 quilos a mais do que os que foram capturados no primeiro dia, e eu percebi que “essas” eram precisamente as imagens que esperavam de mim, e não as referentes à intimidade do barco.

O tempo melhorou na madrugada do terceiro dia. Partimos do *Arvoredo* antes de amanhecer, com a intenção de “provar a sorte na Ilha das Aranhas”, localizada em frente à praia do Santinho, no norte da Ilha de Santa Catarina. A viagem terminou ali de forma abrupta. Foi resultado de uma manobra malfeita por Cané, que se distraiu enquanto Adailton e Bidi colocavam uma borracha de automóvel na corda que servia para arrastar o Osso e com objetivo de diminuir a tensão. A “distração” resultou em um choque entre os dois barcos que terminou com a ruptura da última “quaderna”¹⁴⁷ de popa do mesmo. Esse acidente nos obrigou a voltar ao porto da Barra antes do previsto e custou a Adailton um prejuízo de quase 50% de sua parte do produzido durante a viagem. Geralmente, o dono do barco e da rede recebe 50% do produzido, descontando os gastos com o combustível, mas ele deve se responsabilizar por qualquer imponderável em sua totalidade. No caso de ser também *comandante* do bote, recebe uma parte dos 50% restantes (como qualquer outro tripulante).

147 As “quadernas” são partes fundamentais da estrutura de qualquer barco.

O etnógrafo encena o mundo

No dia seguinte ao da nossa acidentada chegada a Barra, finalmente mudei para a casa que seria minha nova moradia, pelo menos durante os três primeiros meses: o Morro do Torquato, a “favela da Barra”. Na mesma noite de minha chegada, enquanto tomava umas cervejas no Boteco do Kimey, onde se reuniam os pescadores dessa parte da Barra, fui apresentado a Valdeci, que dias antes tinha assistido ao documentário junto com Sérgio, em sua casa. Como Adailton e muitos pescadores da Barra, Valdeci permaneceu muitos anos trabalhando embarcado na pesca industrial. Ele e seu irmãos Delamar (47 anos) e Lindomar (45) também migraram quando adolescente, primeiramente para o Rio Grande (RS), e em seguida para Santos (SP). Uma época marcada por um êxodo muito importante vivido pela sociedade da Barra, em meados dos anos 70 do século XX. Esse “êxodo” foi provocado pela demanda de uma indústria pesqueira em expansão na época necessitada de mão de obra com certa experiência no mar. Os três eram proprietários do bote *Irmãos Vieira*, e com eles iria ter a possibilidade de compartilhar longas jornadas de pesca de anchova e corvina.

O fato de ter visto o documentário no Boteco do Kimey na minha ausência parecia ter criado um laço com Valdeci, antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente. Ele “tinha gostado muito do lance da tainha no filme”, falou. Ao lhe indagar o porquê de tanto prazer ao assistir a safra, ele me disse: “A tainha é o bicho mais lascivo que tem no mar, ele é rápido, ele se esconde entre as pedras, e quando ele é cercado, ele pula por cima da rede, ou sai por baixo.” Nessa mesma noite em que conversei com Valdeci, fui convidado a sair para pescar no bote *Irmãos Vieira*, mas uma forte gripe impediu-me de concretizar a saída.



FOTO 3: JUNTO A SÉRGIO, VALDECI E DELAMAR, ASSISTINDO O DOCUMENTÁRIO NO BOTECO (DE EMILCE, 2004).

O bote *Irmãos Vieira* tinha sido comprado havia quase seis anos em partes iguais por Valdeci e dois de seus irmãos, Delamar e Lindomar. Desde então, este havia sido o pior ano de todos em relação ao volume de pesca. No mês anterior, não haviam conseguido superar os 400 reais de lucro para repartir entre os três, uma vez descontado o combustível. Normalmente, durante os cinco primeiros dias do mês, os donos de cada barco recebem o pagamento do “atravessador”, descontados os gastos com combustível e eventual reparo de motores e compra de redes, que este último financia no decorrer do mês. Tanto Ari como Silvio, os dois compradores de peixe, mantêm contas-correntes no posto de gasolina marítimo que está à beira do canal, mas também fornecem os mecânicos de motores e pagam diretamente para os estaleiros (M9). De acordo com Valdir, o irmão *comandante* (mestre), “Ari é melhor que Silvio, porque ele compra o peixe miúdo, ele compra tudo a 50 centavos, a um real”.

Pude compreender, a partir do ponto de vista de Valdeci e de outros pescadores com quem conversei, que o *atravessador* era percebido por eles como um “mal necessário”. Com relação a esse personagem, recriávamos o fato de ele receber um lucro excessivo com o produto do trabalho do pescador, mas também lhe atribuíamos o fato de ser quem torna possível a compra da grande maioria dos barcos e de sua “aparelha”¹⁴⁸ por meio do crédito. Delamar, Valdeci e Lindomar ficaram embarcados na pesca industrial e conseguiram reunir capital suficiente para comprar um bote na sua volta à Barra, no entanto, sempre precisaram recorrer a Ari para comprar a aparelha. Isso os mantinha “atados” a esse atravessador por um laço afetivo que continuava a existir depois de pagarem toda a dívida contraída. O mesmo tipo de vínculo com Silvio tinha Adailton, que, à época em que saímos para Arvoredo, devia uma importante soma de dinheiro que pegara emprestado para fazer vários reparos na escuna. Esse fato, segundo me recordo, não era bem-visto pela tripulação, que reclamava pedindo a ele que negociasse um melhor preço devido ao grande volume de pescado que tinham capturado nas suas viagens “experimentais”.

Alguns meses depois, uma noite, me contaram uma outra história. Antigamente, os *atravessadores* eram aquelas pessoas que “atravessavam” a lagoa, em pequenos botes (catraios), levando o pescado para vender no centro da cidade. Também “traziam”, ao voltar, determinados produtos manufaturados que eram apreciados e necessários para a vida cotidiana (como, por exemplo, combustível para a iluminação). Ou seja, o passado desse intermediário que hoje aparecia questionado na superfície como um ambíguo “emprestador” apresentava-se, na memória coletiva também, carregado de valores e significados socialmente compartilhados e hierarquizados pelos nativos e associados com o bem-estar. Ainda hoje, Valdeci e Delamar lembram que “foi na casa de Ari onde nós vimos pela primeira vez uma televisão”.

¹⁴⁸ Chama-se localmente *aparelha* as redes e demais instrumentos necessários para pescar.

Iniciei minhas saídas no bote. Era tempo de anchova. Quase sempre tinha que esperar mais de uma hora depois do horário acertado com Valdeci, porque fortes discussões entre ele e Lindomar precediam as partidas. Já tinha sido advertido por Valdir — o irmão maior — de que “nesse bote briga-se muito”. Todavia, minha tendência — errada — era a de vincular essas brigas com aquela “jocosidade” antes mencionada. Geralmente, saíamos duas vezes durante um mesmo dia, sendo que a primeira saída era perto das 6h da manhã. Ao chegarmos à Ilha de Xavier, — a poucos quilômetros ao leste da Barra —, “puxava-se” a rede, retirando o “peixe malhado” durante a noite, e se largava em seguida, deixando-a na água novamente. Voltávamos à terra para almoçar e descansar e saíamos outra vez, às 5h da tarde, para realizar a mesma operação e deixar a rede no mar durante a noite. Não lembro de um dia sequer em que voltássemos com mais de 60 quilos de anchova. Delamar comandava o barco e, em geral, mantinha-se à margem das discussões. Sem embargo, Valdeci e Lindomar, encarregados de largar a rede e manipular o guincho (uma polia mecânica que auxilia a puxar a rede), discutiam permanentemente. Apesar de as saídas para pescar serem cada vez mais comuns, eu não estava particularmente preocupado em repetir uma situação etnográfica como a que tinha “capturado” no documentário anterior. De fato, minhas energias estavam concentradas na apresentação do mesmo. Por outro lado, poucas vezes consegui que os pescadores desse bote se interessassem pelas imagens, para que as víssemos juntos. Parecia-me evidente que os três protagonistas conheciam muito menos as ferramentas visuais do que Minho e Ailson, e que, até certo ponto, se sentiam envergonhados de opinar sobre as imagens. No entanto, atuavam com bastante “naturalidade” durante as filmagens e pareciam se acostumar, dia após dia.

Quinze dias depois da primeira saída, ao regressarmos, de manhã, da Ilha de Xavier, filmei a substituição da rede de anchova (essa safra chegava ao fim com um resultado magro para eles) pela rede de corvina na beira do canal, em frente ao trapiche, e fiz um comentário, dizendo que estava filmando o começo dessa nova safra. Na realidade, “não é uma safra,

pois a corvina dá todo o ano”, me disseram. À noite, Valdeci me informou que começaríamos a pescar corvina. Quando lhe respondi que não poderia acompanhá-los por dois ou três dias, surpreendeu-se e me perguntou para que serviam, então, aquelas imagens capturadas durante a manhã, se elas não teriam “continuidade”. Esse comentário evidenciava que a montagem audiovisual não era uma ferramenta que eles soubessem manipular, porém, reafirmava algo que já havia estado presente quando Minho e Ailson insistiram, durante as sessões de *feedback*, por planos com maior profundidade de campo. Tratava-se, talvez, da necessidade de apreender o processo do qual participávamos, onde a pesca e o filme estavam em uma ordem sincrônica, como uma totalidade que, neste caso, estava sendo exigida para a função narrativa da montagem; atuando, em algum sentido, como um requerimento do “real representado” por parte dos sujeitos da história.¹⁴⁹

Eu já tinha quase três meses morando na casa de mãe Maria. Recomecei as pescarias com os irmãos uma vez cessado um forte vento sul com algumas tempestades que o acompanharam (tanto na tainha quanto na anchova ou na corvina, o vento sul determina sempre o momento das saídas ao mar). A pesca da corvina era a que mais conheciam, como consequência dos anos que ficaram embarcados. Diferente da anchova, tainha e brota, a corvina é capturada durante todo ano, e ainda que o preço pago por quilo seja menor (em torno de 1,20 real), representa um ingresso relativamente seguro para grande parte dos pescadores. Contudo, nem todos os pescadores privilegiam essa pesca, e são vários os motivos. Em primeiro lugar, porque esse tipo de pesca requer afastar-se da costa entre 6 e 10 milhas, indo até profundidades que chegam aos 60 metros em mar aberto, aumentando

¹⁴⁹ Isto é, que “a montagem supunha por sua própria natureza, a unidade de sentido do acontecimento dramático” (André Bazin, 1991, p. 76). Não podia se tratar senão de até que ponto uma reflexão sobre as condições técnicas da realização participa da constituição do objeto da investigação, como nos pontos de vista da mesma. Ou seja, sendo os sujeitos espectadores futuros daquilo que protagonizavam, refletiam sobre “uma prática da duração do movimento como articulação do tempo e do espaço” e sobre uma “*histoire-en-train-de-se-fair*” (Piault, 2000, p. 48).

o nível de risco dos pescadores, que podem ser surpreendidos pelo mau tempo sem conseguirem retornar ou se colocar a salvo a tempo. Em segundo lugar, porque nem todos os botes têm a capacidade de carregar redes que chegam a medir cinco quilômetros de comprimento. Essas redes têm aproximadamente 30 “braças” de altura e são de malha 13.¹⁵⁰ Esses instrumentos de pesca chegam a pesar entre uma e duas toneladas, fato que não somente aumenta o risco ou impede o bote de carregar uma boa produção, mas requer um investimento e uma manutenção que muitos dos pescadores não têm condições de sustentar.

Em geral, deixávamos o canal da Barra por volta das 6h30 da manhã. Depois de aproximadamente uma hora e meia de viagem, chegávamos a uma zona que constitui um limite imaginário entre a terra e o mar, buscando uma “posição” para largar a rede. Essa zona é uma espécie de fronteira entre o que os pescadores chamam de “terrinha” e o “lá fora”. Está traçada por uma linha imaginária entre as ilhas que circundam o litoral da ilha: Campeche, Xavier e Aranhas. Além de constituir um território marítimo cuja profundidade é a ideal para “matar peixe” com as redes que possuem, é o sítio onde se localizam os “rilheiros”. Os *rilheiros*, invisíveis a um olhar não treinado, são marcas ou traços que os pescadores identificam no mar e que servem para informar sobre as correntes submarinas por onde os cardumes “correm”. Como, normalmente, as discussões entre Valdeci e Lindomar faziam parte da rotina matinal, chegávamos a essa zona suficientemente tarde para encontrarmos redes de outros botes ocupando as melhores “posições”. Isto, por sua vez, criava um grande mal-estar entre os três irmãos, que consideravam, segundo a fala de Delamar, que “o bote está sem sorte, porque nós brigamos muito lá fora”. Em termos gerais, a convivência era boa, contudo, as discussões entre os tripulantes e o

¹⁵⁰ As “braças”, assim como as “milhas”, são medidas que ainda subsistem no mundo náutico (uma milha equivale a mil braças, e uma braça, por sua vez, é uma medida que remete ao comprimento dos braços estendidos de uma pessoa). A “malha” da rede determina a espécie tamanho do peixe procurado.

próprio Adailton normalmente precediam a realização de alguma tarefa e se prolongavam, muito “agressivas”. Isso incluía tarefas como, por exemplo, limpar o peixe para a refeição noturna, lavar a louça, largar ou puxar a rede durante uma pescaria. O certo é que as discussões eram frequentes, ainda que a última palavra fosse, quase sempre, de Adailton.¹⁵¹

Delamar e Valdeci diziam sentir vergonha dessas constantes discussões, e pareceu-me desnecessário filmar esses episódios. Sem embargo, à medida que os dias passavam, as discussões continuavam e a pesca era cada vez mais magra para eles. Pouco a pouco fui integrando a câmera às brigas. Semelhante ao que aconteceu no barco denominado *Pescadores*, a câmera, como eixo ao redor do qual íamos construindo um sentido para a aventura, ganhou uma densidade descritiva e performática inusitada. Em uma ocasião, por volta das 11h da manhã, nos dispusemos a esperar até 3h da tarde para puxar a rede recém-deixada na água (durante a pesca da corvina, o barco permanece à deriva, amarrado ao extremo de sota-vento da rede). Durante quase uma hora, os irmãos tinham discutido sobre a posição adequada para largar a rede. Uma vez que a rede foi largada na água, a discussão recomeçou, especialmente entre Valdeci e Lindomar, os protagonistas das

¹⁵¹ Achenson (1981) nota que “esta ênfase igualitária está baseada na necessidade de ter uma tripulação bem treinada e solidária”, pois, “com uma tripulação bem treinada e capacitada, o capitão e a tripulação se tornam mais iguais” (p. 279). O *mestre* — o “comandante” — viabiliza, por meio do gerenciamento e da manipulação dos seus conhecimentos, a sobrevivência e a eficácia dos ideais igualitários e libertários que subjazem às práticas cotidianas do trabalho (a *cooperação* e a *concorrência*). O *mestre* coopera e concorre, através do exercício do *segredo*, o qual permite, no interior do barco, a existência de uma ordem hierárquica. Ele aparece, no entanto, sob a forma da cooperação voluntária entre os pescadores e se manifesta, ao mesmo tempo, como forma de concorrência, através do saber da *marcação* dos “lugares” de pesca e da rota dos cardumes. A manipulação correta desse saber por meio do *segredo* também permite estabelecer os limites e “vias” do fluxo de informação e conhecimento, cuja marca ética e moral se manifesta através da confiança, do bom senso e do respeito dos outros pescadores. O “espírito de liderança e a supremacia hierárquica” resultante da *mestrança* ancorada na família “garante a igualdade, a competência e a liberdade dos pescadores fazendo a mediação tecnológica e simbólica entre a terra e o mar” (Maldonado, 1994, p. 135).

brigas matinais. A câmera, novamente, assim como tinha acontecido no dia da “conversa” entre Minho, Ailson e Ernani, funcionou como interlocutora entre os irmãos, por mais de duas horas (eu praticamente não pronunciei palavra alguma), manifestando essa passagem para a *participação observadora*.¹⁵²

Os reflexos se fazem públicos

A meados de novembro, se concretizou a apresentação do documentário *Homens de mar e terra*, no Salão Paroquial da Capela Santa Cruz. Nesse evento, pude contar com a ajuda de Sérgio e sua esposa, Emi, Maria e duas de suas netas, além de Jaime, líder de uma ONG ambientalista, que convocou pescadores e moradores. O documentário foi assistido por mais de cem pessoas, entre elas, uns trinta pescadores. Fiz questão de deixar claro para Jaime — que era o condutor da apresentação — que não queria que a mesma se transformasse em um longo e exaustivo debate, pois temia que a maioria das pessoas se retirasse antes que fossem servidos os salgadinhos e as bebidas. O meu maior interesse, naquele momento, era que a apresentação do documentário fosse, acima de tudo, um “momento de encontro” e de “comensalidade”, e não desejava que as pessoas se sentissem obrigadas a dar opiniões acerca do filme. Durante as despedidas, recebi um agradecimento de Zé Agostinho, um velho pescador e atravessador: “Muito obrigado, hoje as mulheres conheceram o que nós fazíamos lá fora no mar”. Imediatamente, observei com atenção a sala ainda cheia e consultei o livro de registro dos presentes, e, para minha surpresa, mais de 50% do público eram mulheres.

¹⁵² Esse trânsito da observação participante para a participação observadora que Jean Rouch relata na sua experiência durante a filmagem de *La Bataille sur le Grande Fleuve* (1951): “[...] eles me consideravam um louco não perigoso que navegava em canoa e participava, para me divertir, de uma caça de hipopótamos. Eles ficaram sumamente surpreendidos quando lhes projetei mais tarde o primeiro filme sobre a caça, eu constatei que vinte minutos de filme foram suficientes para compreender tudo de mim...” (Rouch apud Piault, 2002, p. 225).

E isso significava também “alguma outra coisa” e uma “outra necessidade” como emergente daquelas imagens. Maria fez um comentário revelador. Afortunadamente, anotei:

Olha, meu filho, isto aqui me lembra muito quando nós íamos no rancho deles, dos homens [ranchos de pesca]. Íamos cozinhar pra nossos maridos. Íamos na noite, às vezes ficávamos até as duas, o quatro da manhã. Aí cozinávamos pra eles, peixe frito, pirão, ensopado. Eles contavam brincadeiras e nós ríamos muito.

Na minha tese de mestrado, vi nessa experiência a instância culmine de um *montagem social* da experiência etnográfica. Com os vários grupos de pescadores que rodeiam os botes em que trabalhei, elaboramos estratégias para relacionar o mundo da vida e o mundo da cena com a finalidade de nos aproximarmos de um universo imaginado. Uma encenação “ideal” dos elementos que compõem todos esses mundos particulares. Com o *feedback* público das imagens capturadas da vida cotidiana e da atividade pesqueira, em mar e em terra, procuramos que essa experiência se transformasse em um campo de ação política e em um exercício de reflexão e de conhecimento mútuos, fundado na participação dos sujeitos na construção do relato fílmico. O uso do *feedback* não foi unicamente um meio para exprimir a fala nativa em um plano da autopercepção, mas também um instrumento para interpretar o mundo como totalidade imaginada.



FOTO 4: NA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO NA CAPELA SANTA CRUZ (DE SÉRGIO OLIVARES, 2004).

A participação observante e o *feedback* requerem um engajamento que supõe uma “retirada estética”, em que filmar se torna cada vez mais uma “compreensão compartilhada” aberta para os componentes lúdicos da criação, bem como deixar as personagens na suas *auto-mise-en-scène* se desdobrarem no tempo e no espaço para *precisar-se, compreender-se* nele. Esse universo imaginado através de imagem cria um intervalo, uma “subtração”, como na frase de Valdeci enquanto observava a cena em que Minho grita “quinhentos quilos!” para a câmara, demonstrando alegria pela pescaria, o ilustra: “Quinhentos quilos, sim, Matias, mas quinhentos quilos de pobreza.”

Como aconteceu com *Homens de mar e terra*, meses depois, *Caminhos da comunidade* também foi apresentado publicamente, desta vez no Centro Comunitário da Barra. Com a audiência de mais de 150 pessoas e com corajosa presença dos três irmãos Vieira, dispostos a enfrentar a exibição de cenas algo constrangedoras na sua condição de pescadores de bote a motor. A

cena da discussão no documentário refletia os sentimentos e as opiniões dos dois pescadores sobre a “crise de abundância”.¹⁵³ Nesse caso, se prefiguravam os argumentos ora a favor e ora contra a concretização da venda do bote durante o último ano. Logo depois de finalizar a apresentação, Valdeci tomava a palavra e ensaiava uma tradução para a cena: o bote era visto como “parte da família”, porém, haviam decidido vendê-lo e fazer “kitchinetes para alugar aos turistas”, em vez de investir dinheiro na aparelha do bote.

Durante vários anos, circularam cópias em VHS pelas casas dos pescadores e moradores do local.

Bibliografia

ACHERSON, James M. “Anthropology of Fishing”. In: *Annual Review Anthropology*. Palo Alto, EEUU, 1981, pp. 275-316.

BALANDIER, Georges. *Antropología política*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2003

BAZIN, André. *O cinema*. Sao Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BECK, Ana María. “Pertence a Mulher: Mulher e trabalho em comunidades pesqueiras de Santa Catarina”. *xerox*. Florianópolis: UFSC, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction. Critique social de jugement*. Paris: Minuit, 1979

CALDERIPE, Marcia. “Mediação cultural e reciprocidade no contexto das práticas turísticas em Florianópolis/SC”. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2006.

¹⁵³ A relação entre a instabilidade da produção, os aspectos ecológicos e a “suspeita” de que a apropriação do *sobrevvalor*, produto do trabalho na pesca, relaciona-se com a necessidade de se criar uma automatização do circuito produtivo. Como afirma Diegues (1995), as grandes empresas de comercialização (neste caso, a Pioneira), mesmo não sendo aquelas que submetem os pescadores às penúrias dos baixos preços, utilizam estes setores não somente como um “exército de reserva” para suas frotas, mas também como o “lugar privilegiado” para manter baixos os preços do produto em “escala industrial”.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DIAZ DUARTE, Luiz Fernando. *As redes do sul*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Povos e mares*. São Paulo: NAPAUB, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

GUIDIERI, Remo. *La abundancia de los pobres*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the Peasantry. Anthropology in Global Perspective*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1996.

LACERDA, Eugenio *Atlântico açoriano*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Dissertação de Doutorado), 2003.

LAGO, Mara. C. *Memória de uma comunidade que se transforma de localidade agrícola-pesqueira a balneario*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Dissertação de Mestrado), 1983.

MALDONADO, Simone. *Mestres y Mares*. São Paulo: Anablume, 1994.

MOTTA, Flavia. “Curió Valente: representações de gênero em competições de pássaros canoros”. In: *Cadernos pagu*, (30), jan.-jun. de 2008, p. 199-229.

PIAULT, Marc Henri. *Antropologie et cinéma*. Paris: Nathan, 2000.

TELES, Ana María. *Sereias e anequins: una etnografía visual con un grupo de pescadores artesanais da Barra da Lagoa, Florianópolis*. Florianópolis: PPGAS-UFSC (Dissertação de Mestrado), 2003.

WOLF, Eric. “Explicando a complexidade”, “Nação e nacionalismo”. In: RIBEIRO, Lins; FELDMAN-BIANCO. *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.